

PROJETO DE CARBONO FLORESTAL SURUÍ - PCFS

RELATÓRIO DOS IMPACTOS SOCIAIS DO PCFS

1 APRESENTAÇÃO

Idealizado em 2007 e formalizado em 2009, para ser implementado em um período de 30 anos (2009-2038), o Projeto de Carbono Florestal Suruí (PCFS) visa conter o desmatamento e suas respectivas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em uma área sob forte pressão de desmatamento dentro da Terra Indígena Sete de Setembro (TISS), eliminando a retirada ilegal de madeira e o esgotamento dos recursos naturais.

Em contrapartida, para garantir o ingresso monetário em substituição às atividades econômicas com a madeira, o PCFS tem como base assegurar aos Paiter Suruí a geração de renda por meio de alternativas sustentáveis de produção, além da proteção do território e integridade dos modos de vida com a preservação da cultura indígena.

O PCFS representa em seus esforços, a grande vontade e determinação dos Paiter Suruí em proteger o TISS com a implementação de atividades voltadas para a melhoria da qualidade do meio ambiente (conter o desmatamento) e consequentemente na qualidade de vida da população (com alternativas de geração de renda e fontes de alimentação sustentáveis).

Direcionados para essa perspectiva, o PCFS baseia-se em quatro eixos temáticos:

- 1) Fiscalização e Meio Ambiente:** tem como finalidade apoiar o monitoramento, a vigilância e a capacitação dos Paiter Suruí para a defesa de seu território;
- 2) Segurança Alimentar e Produção Sustentável:** consiste em organizar as possibilidades de utilização econômica dos recursos naturais existentes dentro da TISS de forma sustentável;
- 3) Fortalecimento Institucional:** visa contribuir para a autonomia do povo Paiter Suruí na gestão territorial da TISS por meio do fortalecimento institucional de suas organizações;
- 4) Desenvolvimento e implantação de um mecanismo financeiro - Fundo Suruí:** para a gestão financeira do Projeto de Carbono Florestal Suruí, que é uma ferramenta essencial para a implantação do Plano de Cinquenta Anos do Povo Paiter-Suruí, na TISS.

Desta forma, as ações a serem desenvolvidas nos eixos de fiscalização, produção sustentável e fortalecimento institucional deverão possibilitar a redução (emissões líquidas) de 7.423.806,2 tCO₂ e que seriam provenientes do desmatamento de 12.217,8 há, num cenário sem o projeto (PCFS 2009-2038).

As ações do PCFS são pensadas no sentido de alavancar uma série de benefícios sociais para garantir qualidade de vida para os indígenas do TISS, como a geração de novas fontes de renda baseadas em alternativas sustentáveis, criando empregos diretos e indiretos em atividades de monitoramento e gestão do território, melhoria da saúde, educação e resgate e transmissão da cultura e cosmologia dos Paiter Suruí através da língua, da medicina tradicional e das crenças.

Para avaliar as ações do PCFS foi elaborado um Plano de Monitoramento, o qual compreende um conjunto de atividades que propõe formas para avaliar os impactos sociais (positivos e negativos) direta e indiretamente derivados das ações do PCFS e, se configura como parte da documentação necessária do processo de auditoria/verificação dessas ações no padrão CCB.

A partir dessas definições, apresenta-se o objetivo geral e os objetivos específicos do presente relatório.

1.1 Objetivos do relatório de validação do plano de monitoramento

1.1.1 Objetivo geral

Avaliar as ações implementadas pelo PCFS nos 4 eixos temáticos (Fiscalização e Meio Ambiente; Segurança Alimentar e Produção Sustentável; Fortalecimento Institucional; e Fundo Suruí) conforme objetivos e indicadores definidos no Plano de Monitoramento.

1.1.2 Objetivos específicos

- 1) Levantar junto às instituições (Metareilá, FUNAI, ECAM CASAI, Associações e População indígena) documentos e informações para identificar as ações do PCFS e seus respectivos impactos sociais para os Paiter Suruí;
- 2) Descrever as ações e seus resultados no plano de monitoramento;
- 3) Elaborar o relatório de avaliação dos impactos sociais relativos aos indicadores identificados no plano de monitoramento.

2 Contexto histórico do PCFS

O proponente do Projeto de Carbono Florestal Suruí é a **Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí**, instituição representante do povo Paiter Suruí. A Associação Metareilá atua na defesa e preservação do patrimônio cultural e territorial dos Paiter Suruí, buscando promover a garantia da biodiversidade e a formação dos povos e lideranças indígenas no intuito de construir e fortalecer a autonomia do povo Paiter.

A Associação Metareilá, fundada em 1988, foi a primeira organização indígena de Rondônia criada para defender os direitos indígenas e em especial os do povo Paiter Suruí.

Nos últimos anos, a Associação Metareilá trabalhou em parceria com diversas instituições como Kanindé, FUNAI, Ministério do Meio Ambiente, ACT Brasil, USAID, Aquaverde, IEB, Conservation Strategy Fund (CSF Brasil), entre outros. Estas parcerias foram firmadas visando à valorização da cultura tradicional, o desenvolvimento sustentável e o combate à exploração ilegal de madeira na Terra Indígena Sete de Setembro.

No ano de 2009, foi firmado um Memorando de Entendimento entre: Associação Metareilá, Kanindé, ACT-Brasil, Forest Trends, IDESAM e FUNBIO, com o objetivo de unir esforços entre os partícipes para disponibilizar recursos técnicos, materiais, administrativos e financeiros, no desenvolvimento do Projeto de Carbono Florestal Suruí.

O Projeto de Carbono Florestal Suruí (PCFS) é uma iniciativa do próprio povo Paiter, que vem sendo desenvolvido com apoio dos parceiros cuja relação ocorre diretamente com a Associação Metareilá. Quanto à participação das lideranças indígenas, jovens Suruí e mulheres, esta se apresenta como uma oportunidade e um desafio a ser rompido, haja vista que o PCFS por se tratar de uma iniciativa nova, onde se aprende fazendo, portanto, ainda há muito a ser melhorado no que se refere a comunicação, gestão, informação e, principalmente, de oportunidade de geração de renda.

Todavia, é percebido um esforço por parte da Associação Metareilá no sentido de promover a integração e aumentar a participação das mulheres na gestão e no processo produtivo, rompendo com isso um histórico cultural do povo Paiter Suruí, onde as lideranças são predominantemente exercidas por homens.

Desde o início de sua validação, em 2012, os parceiros do projeto vêm explicando o funcionamento do projeto de REDD+, os processos de auditoria (validação e verificação) e a necessidade de se submeter o projeto a padrões internacionais de alto nível.

O projeto contou com um importante processo de consentimento livre, prévio e informado¹ nas comunidades da TISS, informando aos Paiter Suruí as atividades previstas e os possíveis impactos, consultando-os sobre suas preocupações e sugestões e demandas.

O processo foi conduzido durante o ano de 2009 e dividido em três etapas. A primeira foi composta por reuniões e discussões entre os próprios Suruí, para chegarem a consensos mínimos referentes à possibilidade de desenvolvimento e implementação do PCFS.

A segunda etapa foi composta por reuniões entre as lideranças indígenas, representantes das associações locais e chefes de clãs com as demais instituições parceiras do projeto². Neste momento, as lideranças tradicionais e das associações das organizações indígenas puderam se familiarizar com o que são os pagamentos por serviços ambientais, especialmente aqueles oriundos do carbono, assim como toda a dinâmica metodológica e de atividades que compõem a construção do Documento de Concepção do Projeto (DCP).

A terceira etapa consistiu-se em atividades de campo, com visitas e reuniões comunitárias nas aldeias, levando informações sobre o projeto para os diferentes grupos existentes na TISS³ e discutindo os conceitos técnicos relacionados ao PCFS.

Além de todo o processo de consulta, o projeto também conta com um plano de comunicação permanente e mecanismos de resolução de conflitos, para garantir que os atores envolvidos direta ou indiretamente no projeto tenham chance de expressar suas demandas e sugestões.

A forma de funcionamento segue a própria hierarquia do Povo Paiter. Os representantes de aldeias ou de clãs podem receber sugestões sobre o projeto e encaminhá-las para reuniões na Associação Metareilá ou, em maior instância, reuniões do Parlamento Suruí, para que os problemas sejam encaminhados e solucionados.

A primeira instância representativa dos Paiter é o Conselho de clãs, composto por 3 representantes de cada clã. A segunda instância são os Labiwayey (líderes do Povo), composto por 2 representantes de cada zona (ao total, existem 5 zonas dentro da TISS). Acima do Labiwayey está o Labiwayesagah (Líder Maior do Povo) e o Conselho de Anciões. Existem ainda organizações indígenas (por exemplo, as associações) e organizações não indígenas que apóiam a execução de projetos e assessoram as demais instâncias.

Registros fotográficos e listas de presença das consultas e processos participativos estão disponíveis na Associação Metareilá (Anexo 1), assim como toda a documentação referente ao PCFS, na língua portuguesa. Alguns documentos estão em forma impressa e outros em formato eletrônico. Os parceiros do projeto também se mantém abertos e disponíveis para apresentar qualquer informação solicitada pelo Povo

¹ O conhecimento prévio e informado foi um processo de disseminação de informações discussão entre os próprios Suruí a respeito da possibilidade de desenvolvimento do Projeto Carbono Florestal;

² Forest Trends, IDESAM, ACT Brasil, Kanindé, FUNBIO, entre outras;

³ Anciões, jovens, lideranças, pajés, parteiras, mulheres, professores, agentes indígenas de saúde, agentes indígenas de saneamento e demais representantes da aldeia;

Paiter Suruí. Todas as etapas do Projeto Suruí (reuniões de planejamento e das ações de implementação), contam com a participação dos Suruí.

O PCFS prevê, ainda, procedimentos para atendimento a reclamações e sugestões do Povo Paiter sobre o Projeto, através da própria estrutura hierárquica do Povo Paiter.

Atualmente, o Povo Paiter está ciente da importância de passar pelos processos de auditorias, visando acessar o mercado para venda dos créditos e ampliar ainda mais a visibilidade do projeto e do povo Paiter. Neste ano (2014), ocorreram 2 reuniões presenciais entre os parceiros do projeto e o Povo Paiter, com a finalidade de planejar a verificação CCB, datas, responsáveis, etc.

3 Plano de monitoramento (antecedentes)

O Plano é o resultado de diversas oficinas e reuniões de revisão, que fizeram parte de um processo acumulativo e participativo que incluiu:

- 1) A aplicação parcial da metodologia de Avaliação de Impactos Sociais (Outubro 2010 e Fevereiro 2011);
- 2) A validação do PCFS (Março de 2012—PCFS já iniciou parte das atividades);
- 3) Uma oficina de preparação do plano de monitoramento do projeto REDD Suruí (Maio de 2012);
- 4) A primeira validação do plano pela Metareilá (Março de 2013); e
- 5) Oficina de revisão de plano para ajustes e preparação de relatório (Junho 2014).

A oficina de revisão do plano de monitoramento para ajustes e preparação de relatoria foi realizada no período de 04 a 06 de Junho 2014, a qual foi considerada particularmente relevante. Esta atividade permitiu alinhar planos anteriores e os resultados da oficina em um plano mais completo apoiado por uma metodologia consistente, o que originou o plano de monitoramento atual.

A oficina de revisão do plano de monitoramento do PCFS teve como objetivo geral: elaborar uma nova proposta do plano de monitoramento, baseada no plano de monitoramento de 2013, mais alinhada com as normas da CCB e a metodologia de avaliação de impactos sociais. E, como objetivos específicos os seguintes: (1) identificar os possíveis impactos negativos e medidas de mitigação para as novas cadeias de resultados revisadas; (2) avaliar novos objetivos e indicadores propostos; e (3) desenvolver um plano de monitoramento atualizado e com a identificação de informação disponível para elaborar o primeiro relatório de monitoramento.

O evento contou com a participação de 17 (dezesete) representantes da TISS. A dinâmica da oficina combinou exercícios grupais e discussões em plenária sobre eixos teóricos embasados na revisão das cadeias de resultados e da teoria de mudança, impactos, riscos e medidas de mitigação, com a utilização da metodologia de trabalho SMART (Específico, mensurável, alcançável, relevante e temporal).

4 Plano de Monitoramento atual

O Plano de Monitoramento atual foi construído sobre os resultados de vários esforços anteriores e não substitui de nenhuma maneira os exercícios e esforços até o momento envidados.

Para construção deste último plano foi realizada oficina em junho/2014, que foi fundamental para determinar as mudanças reais que o PCFS pretende alcançar e

socializar de diferentes maneiras, as quais serão monitoradas ao longo do tempo. Para fazer isso, o plano de monitoramento se baseia no enfoque da Teoria da Mudança, pelo qual uma hipótese geral e abrangente que sustenta os pressupostos de cada eixo do projeto é desenvolvida. Essa Teoria da Mudança (exprimida num enunciado e desenhada num diagrama de “cadeia de resultados”) é a base para o desenvolvimento dos objetivos do projeto e dos indicadores respectivos.

Algumas tabelas importantes foram construídas no decorrer das oficinas e estão incluídas como parte deste relatório. Para cada eixo foi desenvolvido metas, objetivos, indicadores e cadeias de resultados orientados pela Teoria da Mudança, como segue:

1º Eixo - Fiscalização e Meio Ambiente

Meta: Em 2050, o território Suruí estará plenamente protegido.

Teoria da Mudança

Se nos demarcamos o território Suruí e implementamos eficientemente ações de fiscalização com agentes ambientais treinados trabalhando conjuntamente com a FUNAI e a Policia Ambiental, não tendermos nenhuma invasão externa e tampouco retiradas ilegais de madeira o território da TISS então a integridade física do território Suruí será garantida

Objetivos do eixo

1. Re-aviventar a demarcação do território Suruí a cada 5 anos, a partir de 2010;
2. Garantir 100% a atuação dos agentes ambientais atuantes capacitados em todas as aldeias até 2020;
3. Estabelecer rotina de fiscalização pela FUNAI e Policia Ambiental na TISS, em parceria com a Policia Federal e o exercito para 2015;
4. Reduzir as invasões externas na TISS até 2020;
5. Amenizar até 2020 a retirada ilegal de madeira na TISS;
6. Garantir a integridade física do território Suruí até 2020.

Cadeias de resultados (com análise dos riscos e impactos negativos)

EIXO FISCALIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Quadro 1 - Plano de monitoramento do Eixo Fiscalização e Meio Ambiente

Objetivo SMART	Indicador	Tipo	Há dados?	Que dizem os dados?	Método	Quem medir?	Quando se medir?	Onde se medir?	Custo
Re-aviventar a demarcação do território Surui a cada 5 anos, a partir de 2010.	Numero de quilômetros de picadas (trilha)	P	Sim (FUNAI)	Todo o território demarcado (2010) V. Anexo 1 (1.1)	Verificação no campo	Surui, FUNAI	Cada 5 anos depois cada demarcação	TISS	MA
	Numero de marcos de concreto	P	Sim (FUNAI)	Existem os marcos	Verificação no campo	Surui, FUNAI	Cada 5 anos depois cada demarcação	TISS	M
	Numero de controles anuais e fiscalização	P	Sim (FUNAI, Metareilá)	Parado Vai ser retomado	Verificação no campo	Metareilá (Agentes ambientais) FUNAI	Quinzenalmente	TISS	B
Garantir 100% atuação dos agentes ambientais atuantes capacitados em todas as aldeias até 2020.	Numero de agentes treinados	P	Sim (ECAM, Metareilá)	Agentes estão capacitados mas sem atuar (sem R\$) Falta capacitar más na turma V. Anexo 1 (1.2)	Listas dos cursos (Presenças, certificados)	Metareilá ECAM FUNAI	Depois da próxima capacitação	Centro de Formação Paiter Surui	B
	Numero de monitoramentos por ano/ agente/aldeia	R	Sim (ECAM, Metareilá, Kanindé)	Parado	Relatórios	Metareilá ECAM FUNAI	Quinzenalmente Uma vez ano	Metareilá	B
	Numero de agentes atuantes/aldeia	R	Sim (ECAM, Metareilá, Kanindé)	Ainda não há agentes em todas as aldeias	Relatórios Calcular agentes /aldeias	Metareilá	Quinzenalmente Uma vez ano	Metareilá	
Estabelecer rotina de fiscalização pela FUNAI e Polícia Ambiental na TISS, em parceria com a Polícia Federal e o exército para 2015.	Plano de trabalho das rotinas de fiscalização	P	Sim (Metareilá)	Existe plano antigo, vai fazer novo plano (para rotina mais constante) V. Anexo 1 (1.3)	Documento	Metareilá, FUNAI	A definir (breve)	Metareilá	M

2º Eixo - Segurança Alimentar e Produção Sustentável (Produção Sustentável e Soberania Alimentar)

Meta: Para 2020, a utilização sustentável dos recursos naturais existentes melhorará substancialmente as condições de vida do povo Suruí.

Teoria da mudança

Se pelo menos três atividades alternativas não vinculadas ao desmatamento e degradação florestal estão se implementando continuamente com famílias Suruí, se as cadeiras produtivas são aprimoradas e a produção é aumentada, e se soluções para a dieta alimentar são acrescentadas, então a dieta e as condições econômicas dos Paiter Suruí serão melhoradas

Objetivos do eixo

1. Garantir que atividades alternativas não vinculadas ao desmatamento e degradação florestal estejam implementadas até 2020 em pelo menos 60% das famílias Suruí;
2. Aprimorar as cadeias produtivas até 2017;
3. Aumentar em pelo menos 70% a produção das famílias Paiter Suruí até 2020;
4. Garantir que novas fontes de alimentos para os Paiter Suruí sejam implementadas até 2017;
5. Melhorar a dieta dos Paiter Suruí até 2018;
6. Melhorar as condições econômicas dos Paiter Suruí em pelo menos 50% até 2025.

Cadeia de resultados (com análise dos riscos e impactos negativos)

EIXO PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E SOBERANIA ALIMENTAR

Diagrama 2: Cadeia de resultados do eixo de Segurança Alimentar e Produção Sustentável.

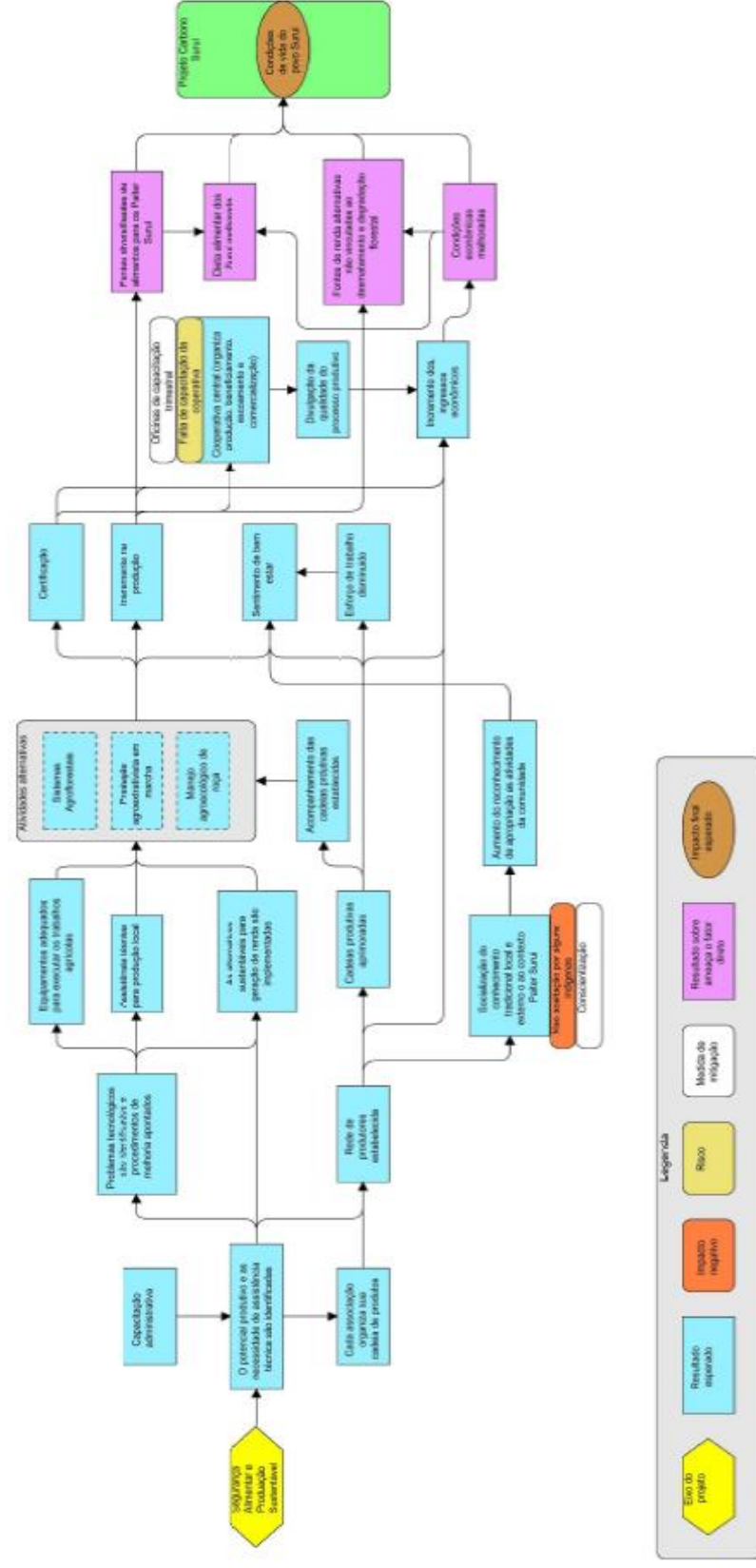


Diagrama 2: Cadeia de resultados do eixo de Segurança Alimentar e Produção Sustentável.

Objetivo SMART	Indicador	R	Há dados?	Que dizem os dados?	Método	Quem medir?	Quando se medir?	Onde se medir?	Objetivo
Garantir que atividades alternativas não vinculadas ao desmatamento e degradação florestal estejam implementadas até 2020 em pelo menos 60% das famílias Surui.	Número de atividades alternativas implementadas	R	Sim (castanha e artesanato)	Castanha = 100% famílias com tem acesso e 75% participa da venda coletiva, artesanato = 100% famílias (mulheres) 40% dos homens).	Documental Estudo e plano de negócio.	ECAM/Metareilá	Um vez ano	Todas as aldeias	M
	Atividades alternativas certificadas	R	Não	**	Documental entrevista	Metareilá	Um vez ano	Metareilá	A
	Número de famílias com cultivos alternativos implantados	R	Sim. Pomar, alimento tradicional; plantas medicinais; criação de galinhas poedeiras.	Todos estão com projetos aprovados para implantação imediata (exceto galinha poedeira, pois já existe projeto implantado pela FUNAI e implementado com projeto aprovado pelo Fundo.	Documental (contratos e projetos). (Galinha poedeira = relatório da FUNAI e contrato de projeto pela Metareilá).	Metareilás sociedades e FUNAI	Um vez ano	Pomar = aldeia Betel Pacarane; Alimentos tradicionais = linha 11 aldeia do Sr. Joaquim; Plantas medicinais = linha 9 Aldeia do Apocua; Galinhas poedeiras = Linha 11=aldeia do A maral	B
Aprimorar as cadeias produtivas até 2017.	Número de aldeias beneficiadas com alternativas de renda	R	Sim	Fase implantação V. Anexo 1 (2.3)	Documental (contratos e projetos)	Associações /Metareilá	Um vez ano	Metareilá	B
	Número de pessoas satisfeitas com a tecnologia proposta e que a implementam	R	Sim, mas aldeias	10% V. Anexo 1 (2.7)	Entrevistas	Metareilá e parceiros	Um vez ano	Aldeias	B

[illegible]

3º Eixo - Fortalecimento Institucional

Meta: Em 2020, o Povo Suruí será autônomo na gestão da TISS e suas organizações serão fortalecidas.

Teoria da mudança

Se os Paiter Suruí possuem uma adequada gestão e organização administrativa e uma sólida estrutura de trabalho e comunicação entre as associações, e se o Parlamento Paiter estiver fortalecido inteiramente e criar comitês específicos de política Paiter, então o Povo Suruí é autônomo na gestão da TISS e suas organizações serão fortalecidas.

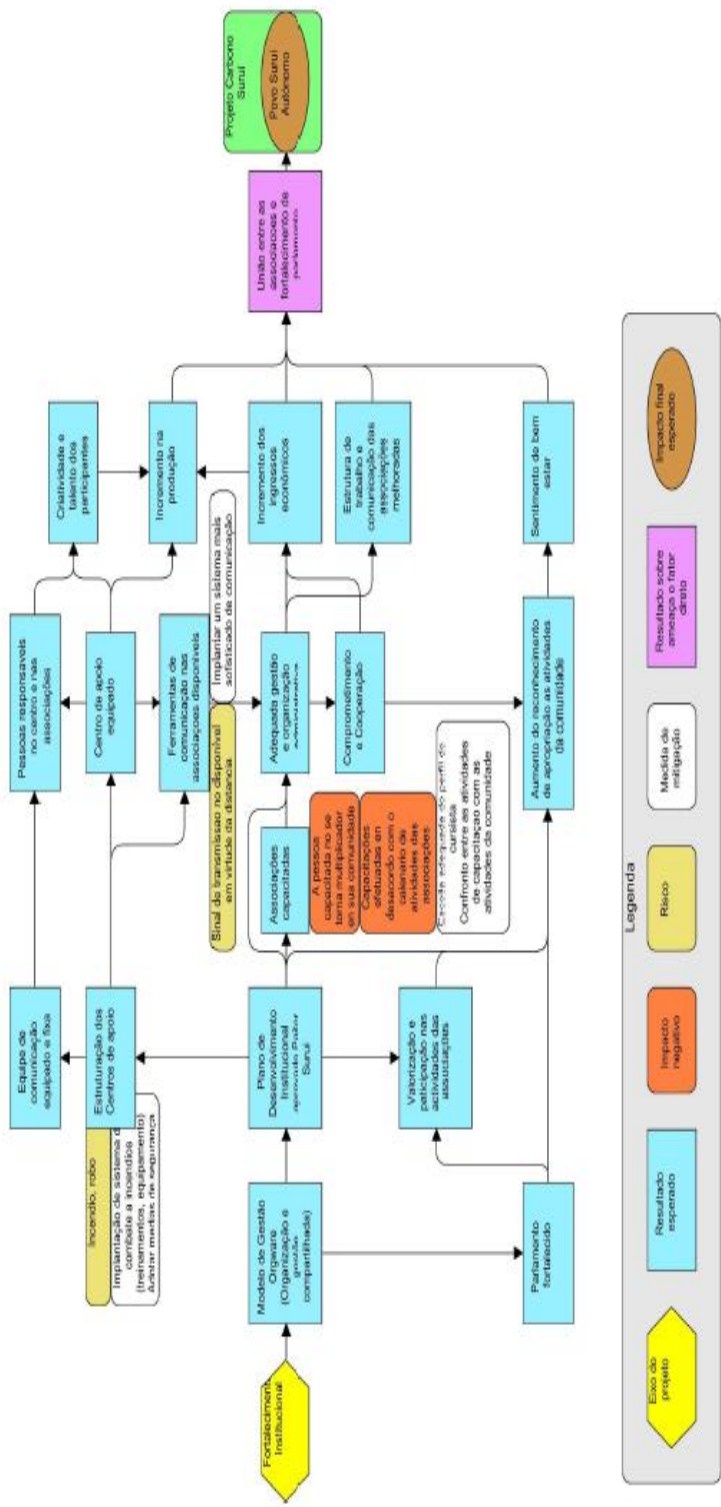
Objetivos do eixo

1. Ter elaborado, aprovado e implementado pelos Paiter Suruí, para o ano de 2016, um plano de trabalho para os centros de apoio;
2. Implantar pelos Paiter Suruí, para o ano de 2016, um modelo adequado de gestão e organização administrativa;
3. Equipar, para o 2016, as associações com adequada estrutura de trabalho e de comunicação visando melhoria das condições de trabalho e para o desenvolvimento de suas atividades;
4. Fortalecer a união entre as associações Suruí até 2015;
5. Reconhecer e fortalecer o Parlamento Paiter Suruí.

Cadeia de resultados (com análise dos riscos e impactos negativos)

EIXO - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Diagrama 3: Cadeia de resultados do eixo Fortalecimento Institucional



Quadro 3 - Plano de monitoramento do Eixo Fortalecimento Institucional

Objetivo SMART	Indicador	Tip	Há dados?	Que dizem os dados?	Método	Quem medir?	Quando se medir?	Onde se medir?	Custo
Ter elaborado, aprovado e implementado pelos Paiter Surui, para o ano de 2016, um plano de trabalho para os centros de apoio.	Plano de trabalho formalizado e aprovado	P	Sim	50% V. Anexo 1 (3.1 a 3.3)	Documental	Associações	2014	Centro de formação	M
	Número pessoas satisfeitas/atendidas Com a implementação	R	Não	**	Documental, entrevistas	Centro de apoio	2017 - anual	Centro de formação	B
	Ações desenvolvidas pelo centro a partir da criação do plano trabalho	P	Sim	50%	Documental	Metareila/E CAM	2014	Metareila/E CAM	B
	Número de demandas atendidas	R	Sim	30% V. Anexo 1 (3.4)	Documental	Associações	2014	Aldeias	M
Implantar pelos Paiter Surui, para o ano de 2016, um modelo adequado de gestão e organização administrativa;	Número de pessoas satisfeitas como o modelo de gestão implementado	R	Não	**	Entrevistas	Associações	2015	Aldeias	M
	Número incremento (R\$) dos ingressos econômicos para as associações de Povo Surui (R\$/família)	I	Sim	R\$ 2.500,00 (mensal) R\$ 20.000,00 a R\$ 25.000,00 (projetos aprovados -7 associações)	Documental	Metareila	2014	Associações	B
	Número de novas atividades/ideias sugeridas/criadas para incrementar a produção	P	Sim	+/- 13 produtos	Documental	Metareila/E CAM	2014	Metareila/E CAM	B
	Número de pessoas envolvidas e integradas para a melhoria e fortalecimento institucional	R	Sim	30%	Documental	Metareila/as sociedades	2014	Metareila/E CAM/associações	B
	Número (%) de problemas solucionados	P	Sim	35%	Documental	associações	2014	associações	B
	Incremento (de %) na participação de jovens e mulheres (2016).	I	Sim	20%	Documental	associações	2014	associações	B

	(Sugestão do grupo de 50% de incremento)										
Equipar, para o 2016, as associações com adequada estrutura de trabalho e de comunicação visando melhoria das condições de trabalho e para o desenvolvimento de suas atividades	Numero de associações equipadas e melhoradas	R	Não	**		Visitas/observação	Fundo Surui	2016	Cada associação	M	
	Numero de pessoas atendidas e satisfeitas	R	Não	**		Entrevistas	Associações	2016	Aldeias	M	
	Numero de pessoas capacitadas e envolvidas em novas atividades	R	Sim	10% V. Anexo 1 (3-4)		Documental	Metareila	2014	Metareila	B	
Fortalecer a união entre as associações Surui até 2015	Nível de consenso sobre a agenda de sustentabilidade	P	Sim	50%		Documental	ECAM/Metareila	2014	ECAM	B	
	Porcentagem de implementação da agenda	R	Sim	50%		Documental	ECAM/Metareila	2014	ECAM	B	
	Numero de associações integradas na agenda	R	Sim	75%		Documental	Metareila	2014	ECAM	B	
Reconhecer e fortalecer o Parlamento Paiter Surui	Numero de pessoas conscientes do papel do Parlamento dentro da governança do povo Paiter Surui	R	Não	**		Entrevistas	Associações	2015	Aldeias	M	
	Numero de parlamentares atuantes	R	Não	**		Documental	Parlamento	2015 (Anual)	Parlamento	B	
	Numero de pessoas satisfeitas com a atuação do Parlamento	R	Não	**		Entrevistas	Associações	2015	Aldeias	A	

4º Eixo - Desenvolvimento e Implantação de um Mecanismo Financeiro—Fundo Suruí

Meta: Para 2020, os Paiter Suruí terão um modelo de gestão operacionalizado e funcional que assegurará a sustentabilidade financeira de suas ações de desenvolvimento.

Teoria da mudança

Se um modelo de gestão financeira é criado, é validado pelos Paiter Suruí e é gerenciado eficientemente, o Fundo Suruí será operacionalizado e funcional, então a sustentabilidade financeira é (do projeto) garantida.

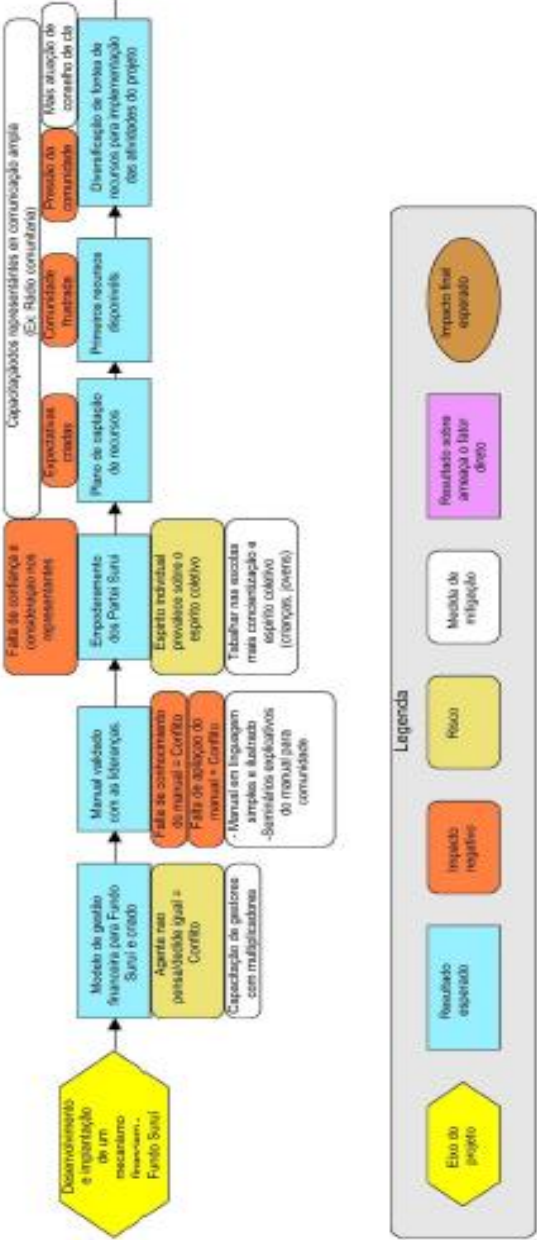
Objetivos do eixo

1. Ter criado e validado de 2013 até 2020, um modelo de gestão financeira para o Fundo Suruí;
2. Elaborar até o 2013, plano de captação de recursos com o objetivo de identificar e viabilizar diversas fontes de recursos bem como facilitar a obtenção dos primeiros recursos;
3. Garantir de 2014-2020, a operacionalização e funcionalidade do Fundo Suruí.

Cadeia de resultados (com análise dos riscos e impactos negativos)

EIXO FUNDO SURUÍ

Diagrama 4: Cadeia de resultados do eixo de Desenvolvimento e Implantação de um Mecanismo Financeiro—Fundo Suruí



Quadro 4 - Plano de monitoramento do Eixo Fundo Suruí

Objetivo SMART	Indicador	o que se mede?	Há dados?	Que dizem os dados?	Método	Quem medir?	Quando se medir?	Onde se medir?	Como?
Ter criado e validado de 2013 até 2020, um modelo de gestão financeira para o Fundo Suruí .	Porcentagem de população satisfeita com implantação	R	Não	** V. Anexo 1 (4.1)	Entrevista, reuniões, formulário	Metareilá com as associações	1 vez ano	Centro e nas aldeias	M
	Número de pessoas capacitadas na gestão financeira	P	Sim	30 pessoas participando	Assistência os cursos	Metareilá Fundo Suruí Ecam	2 vezes ano	Centro	B
	Nível de investimento do Fundo (Número de projetos financiados)	R	Sim	21 projetos	Contratos, reuniões	Metareilá Fundo Suruí	2 vezes ano	Metareilá Fundo Suruí	B
	Recursos disponíveis (R\$)	R	Sim	1.4 milhão	Contratos, estados financeiros	Fundo Suruí Natura	1 vez ano	Fundo	B
Elaborar até o 2013, plano de captação de recursos com o objetivo de identificar e viabilizar diversas fontes de recursos bem como facilitar a obtenção dos primeiros recursos.	Nível de investimento do Fundo (Número de projetos financiados)	R	Sim	21 projetos V. anexo 1 (4.2)	Contratos, reuniões	Metareilá Fundo Suruí	2 vez ano	Metareilá Fundo Suruí	B
	Número de famílias beneficiadas	I	Não	**	Visita aldeias, entrevista, formulário	Metareilá com associações	1 vez ano	Aldeais	M
	Nível de investimento do Fundo (Número de projetos financiados)	R	Sim	21 projetos V. anexo 1 (4.2)	Contratos, reuniões	Metareilá Fundo Suruí	2 vezes ano	Metareilá Fundo Suruí	B
	Recursos disponíveis (R\$)	R	Sim	1.4 milhão	Contratos, estados financeiros	Fundo Suruí Natura	1 vez ano	Fundo	B
Garantir de 2014-2020, a operacionalização e funcionalidade do Fundo Suruí.	Número de famílias beneficiadas	I	Não	**	Visita aldeias, entrevista, formulário	Metareilá com associações	1 vez ano	Aldeais	M

5 Metodologia

A Metodologia utilizada para coleta de dados para elaboração do relatório de avaliação dos impactos sociais conforme Plano de Monitoramento foi desenvolvida de acordo com os objetivos e indicadores do referido Plano ajustado na última oficina (junho/2014).

Os participantes da oficina indicaram onde os dados estariam disponíveis para coleta. Assim, após seleção dos indicadores por eixo, iniciou-se a coleta de dados nos seguintes locais: Metareilá (Instituição proponente e responsável pelo projeto); FUNAI; Aldeias (População indígena); ECAM; CASAI; e Associações dos povos indígenas.

A Metareilá disponibilizou relatórios, planilhas, contratos, controles, estudos elaborados (castanha, artesanato), plano de ação com levantamento socioeconômico os quais subsidiaram a coleta dos dados necessários nos eixos.

Na sequência, foi contatado os presidentes das 7 (sete) associações participantes do projeto, no sentido de levantar as informações que os mesmos detinham sobre as ações do PCFS nos 4 eixos.

Para avaliar se o PCFS proporcionou benefícios e/ou influenciou/impactou na mudança do comportamento social da comunidade indígena, a partir dos indicadores do Plano de Monitoramento adotou-se a técnica de entrevistas com a comunidade utilizando-se uma metodologia de amostragem aleatória para a seleção dos entrevistados.

A coleta de dados junto à população indígena foi realizada nas linhas 09,10, 11 e 12 com visitas *in loco* e linha 07 (Rondolândia) e Pacarana com entrevistas agendadas na Metareilá, com as quais foi possível identificar nos 4 eixos a percepção da população indígena sobre as ações desenvolvidas por meio do PCFS.

A população dos Paiter Suruí na TISS é disposta em 25 aldeias, onde vivem aproximadamente 1.231 pessoas, representada por 51% de homens e 49% de mulheres. (PCFS, 2009).

Todavia, participam do PCFS 7 associações, compostas por aproximadamente de 16 aldeias. No período de coleta de dados foram visitadas 10 aldeias, além dos representantes das aldeias da linha 7 (Rondolândia) e Pacarana. Desta forma, a amostra considerando o quantitativo “aldeias” representa aproximadamente 62%.

De posse dos dados, os mesmos foram compilados originando o presente relatório.

6 Plano de monitoramento – situação atual dos indicadores

Os quadros 5 a 8 apresentam a situação atual dos indicadores (impactos esperados) elencados conforme objetivos e plano de monitoramento, para os 4 eixos conforme proposta do documento do PCFS.

Quadro 5 - Plano de monitoramento do Eixo Fiscalização e Meio Ambiente

Objetivo SMART	Indicador	Tipo	Há dados?	Situação atual (2014)
Reaviventar a demarcação do território Suruí a cada 5 anos, a partir de 2010.	Numero de quilômetros de picadas (trilha)	P	Sim (FUNAI)	Todo o território reaviventado em 2010 (dados oficina, 2014/ FUNAI, 2014). Demarcação oficial ocorreu em 1983; reaviventação em 1997 e 2010 (ALMIRSURUI);
	Numero de marcos de concreto	P	Sim (FUNAI)	Existem os marcos. Solicitado, mas não informado pela FUNAI, o quantitativo de marcos.

	Numero de controles anuais e fiscalização	P	Sim (FUNAI, Metareilá)	Parado. Vai ser retomado (dados oficina, 2014). Solicitado, mas não informado pela FUNAI, o quantitativo de controles.
Garantir 100% atuação dos agentes ambientais atuantes capacitados em todas as aldeias até 2020.	Numero de agentes treinados	P	Sim (ECAM, Metareilá)	22 agentes treinados (MIRIAN, GAZODA/MARIA DO CARMO/ METAREILÁ) Agentes estão capacitados, mas sem atuar (sem R\$). Falta capacitar mais uma turma (dados oficina, 2014).
	Numero de monitoramentos por ano/agente/aldeia	R	Sim (ECAM, Metareilá, Kanindé)	Parado (dados oficina, 2014). 2010 a 2013 houve o percorrer pelos agentes dos limites da terra indígena. Para 2014, está previsto um monitoramento entre 01/04 a 31/12. (Lilian, FUNAI, 2014). No entanto, não foi informado o número de monitoramento.
	Numero de agentes atuantes/aldeia	R	Sim (ECAM, Metareilá, Kanindé)	Ainda não há agentes em todas as aldeias (dados oficina, 2014). De acordo com Metareilá (Mirian) estão parados, no entanto, em 07/07/14 inicia-se uma oficina para retomar as atividades.
Estabelecer rotina de fiscalização pela FUNAI e Policia Ambiental na TISS, em parceria com a Policia Federal e o exercito para 2015.	Plano de trabalho das rotinas de fiscalização	P	Sim (Metareilá)	Existe plano antigo, vai fazer novo plano (para rotina mais constante) (Oficina, 2014). De acordo com a FUNAI, existe um plano de trabalho de proteção territorial onde é previsto fiscalização fundiária ambiental, trânsito ilegal, segurança pública a ser executado em parceria com: Policia Ambiental; IBAMA; Polícia Federal e SEDAM, com previsão de duração de 245 dias, iniciando em 01/04 a 31/12 (Plano Trabalho FUNAI, Lilian, 2014).
	Porcentagem de cumprimento de trabalho	R	Sim (Metareilá/ FUNAI)	Plano antigo 50% de execução (Oficina, 2014). De acordo com a FUNAI (Lilian) até o momento só existe uma ação realizada, no entanto, no plano de trabalho não prevê quantitativo e sim trabalho o ano inteiro.
Reduzir as invasões externas na TISS até 2020.	Numero de ações de proteção/ano	P	Sim (Metareilá, ECAM, KANINDÉ)	Parado (Oficina, 2014). De acordo com a FUNAI (Lilian) até o momento só existe uma ação realizada.
	Numero de invasores retirados	P	Não sistematizado	Solicitado, mas não informado pela FUNAI (não sistematizado).
	Numero de pontos GPS reportados (sem invasões)	P/I	Sim (Metareilá)	Invasões reduziram, mas não acabaram (oficina, 2014). Solicitado, mas não informado pela FUNAI.
Amenizar até 2020, a retirada ilegal de madeira na TISS.	Numero de madeiras retiradas.	I	Não	Solicitado, mas não informado pela FUNAI.
	Numero de pontos GPS (sem retirada de madeira)	I	Não calculado	De acordo com visitas <i>in loco</i> e entrevistas, os indígenas informaram que houve redução significativa de retirada de madeira.
	Numero de hectares protegidas (sem retiradas e invasões)	I	Não	De acordo com visitas <i>in loco</i> e entrevistas, os indígenas não souberam informar;
Garantir a integridade física do território Suruí até 2020.	Numero de ações de fiscalização/ano	P	Sim (FUNAI/Metareilá)	Ocasionalmente (oficina, 2104); Uma ação (FUNAI, Lilian, 2014).
	Numero de pessoas satisfeitas com a segurança da TISS	R	Não	De acordo com entrevistas <i>in loco</i> nas aldeias, no período de 15 de junho a 02 de julho de 2014, 40% estão insatisfeitos e 60% satisfeitos.
	Numero de jovens querendo ficar na TISS	I	Não	Considerando as entrevistas realizadas <i>in loco</i> nas aldeias, no período de 15 de junho a 02 de julho de 2014, 94% diz que sim e, 6% não. No entanto, os que disseram sim alegaram que todos precisam sair para estudar e, que para retornar é preciso desenvolver atividades para que eles permaneçam nas aldeias. Os que disseram não entendem que os jovens estão abandonando a terra por alternativas de cultura “do branco”.
	Numero de pessoas conscientizadas (cultura e território)	R	Não	100% disseram estar conscientizados. Se perder a cultura perdem a identidade.
	Numero de hectares protegidas (sem retiradas e invasões)	P-I	Sim (FUNAI/Metareilá)	10% aumento (dados da oficina, 2014); No entanto, na visita <i>in loco</i> para coleta de dados, não souberam precisar.

O processo de construção do PCFS teve início no ano de 2009, no entanto a sua implementação somente ocorreu em fevereiro de 2014, com repasse dos primeiros recursos do FUNBIO para a Metareilá. Com o início da implementação do PCFS foi possível constatar alguns impactos positivos para o eixo Fiscalização e Meio Ambiente: 1) redução significativa do desmatamento e invasões; 2) sentimento de aumento de segurança na TISS; 3) capacitação de agentes ambientais indígenas; e 4) reavivitação das picadas do TISS. No entanto, cabe ressaltar que os agentes capacitados são insuficientes e não estão atuando por falta de recursos e efetivação do Plano de Trabalho da FUNAI para fiscalização.

No que se refere aos recursos financeiros do PCFS destinados à fiscalização, cabe ressaltar que os primeiros recursos foram disponibilizados para a Metareilá pelo FUNBIO somente em fevereiro de 2014, o que pode justificar a paralização de algumas atividades por falta de recursos.

Todavia, é preciso lembrar que a proteção às terras de domínio das comunidades indígenas é de responsabilidade do Estado, definido na Constituição Federal Brasileira de 1988 e Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. O dever do PCFS é contribuir para a melhoria da fiscalização e, cabe aos Suruí o cumprimento desse dever.

Observou-se no momento da coleta de dados, o comprometimento dos indígenas com o não desmatamento e a preservação do TISS. No entanto, para a maioria dos indígenas, a base do PCFS não aconteceu ainda, ou seja, de garantir a geração de renda através de alternativas que não estejam associadas ao desmatamento e esgotamento dos recursos naturais, afirmando que caso a situação no que se refere a novas alternativas de renda não forem implementadas de imediato, não restará outro caminho a não ser a comercialização de madeira.

Cabe mencionar que, a perda da floresta significa a perda da identidade Suruí. A mudança é sempre recebida como um processo difícil e estressante, no entanto, é perceptível um esforço para adaptação e para a permanência dos indígenas no projeto, pois mesmo considerando as dificuldades com a implementação do PCFS, principalmente pela diminuição da renda com o não desmatamento, a grande maioria da população Suruí não retomou a retirada e venda de madeira acreditando nos resultados que esse projeto pode proporcionar. Desta forma, este resultado demonstra impacto positivo para a população indígena, bem como para os demais atores envolvidos.

Quadro 6 - Plano de monitoramento do Eixo Segurança Alimentar e Produção Sustentável.

Objetivo SMART	Indicador	Tipo	Há dados?	Situação atual (2014)
Garantir que atividades alternativas não vinculadas ao desmatamento e degradação florestal estejam implementadas até 2020 em pelo menos 60% das famílias Suruí.	Número de atividades alternativas implementadas	R	Sim (castanha e artesanato); banana;	Castanha = 100% famílias tem acesso; 60% participa da venda coletiva; e 40% ainda vendem para atravessador; artesanato = ainda estão se organizando para formalização de um negócio coletivo; 100% famílias (mulheres) 40% dos homens); Pomar (Aldeia Pacarana); alimento tradicional; plantas medicinais; criação de galinhas poedeiras; banana (aldeia lapetanha, está melhor estruturada); Piscicultura – foram construídos 07 tanques, sendo: 1 na ladeia lapetanha; 2 na Aldeia Joaquim; 1 Tikã; 1 Lobó (com peixes); 1 na linha 9 e 1 na linha 12 (sem peixes); Todos estão com projetos aprovados para implantação imediata (exceto galinha poedeira, pois já existe projeto implantado pela FUNAI e implementado com projeto aprovado pelo Fundo).

	Atividades alternativas certificadas	R	Não	Não há.
	Número de famílias com cultivos alternativos implantados	R	sim	Os projetos aprovados contemplam as famílias das linhas 7, 8, 9, 10, 11 e 12. (Contratos/METAREILÁ, 2014);
	Número de aldeias beneficiadas com alternativas de renda	R	Sim	4 aldeias beneficiadas; Os 7 projetos aprovados em sua maioria visa implementar capacitações para resultados futuros. As atividades de castanha e artesanato já existiam e estão sendo melhoradas em termos de organização formal; o pomar (é atividade implantada recentemente) e galinhas poedeiras (já existia antes do projeto e está sendo implementada pelo Fundo Suruí); banana (presente na maioria das aldeias);
Aprimorar as cadeias produtivas até 2017.	Número de pessoas satisfeitas com a tecnologia proposta e que a implementam	R	Sim, nas aldeias	De acordo com entrevistas <i>in loco</i> nas aldeias, no período de 15 de junho a 02 de julho de 2014, 30% estão satisfeitas e 70% não. Os 30% que estão satisfeitos referem-se à Aldeia Lapetanha, pois foi a que se manifestou ter a seguinte estrutura a partir do projeto: raçadeira, máquina de arroz e café, trilhadeira, ferramentas, secador e barracão de castanha; As demais aldeias receberam alguns equipamentos como roçadeiras e secador, no entanto, não possuem condições de manutenção (combustível). Outras aldeias possuem tanques para peixes a partir do projeto, porém não receberam os alevinos para iniciar o cultivo (linhas 09 e 12); Registra-se algumas queixas das aldeias como, por exemplo, falta de estrutura para escoar a produção; nas visitas foi verificado a perda de banana por não conseguirem transporte para comercializar.
	Número de pessoas beneficiadas e pessoas satisfeitas com o manejo no processo.	R	sim	De acordo com entrevistas <i>in loco</i> nas aldeias, no período de 15 de junho a 02 de julho de 2014, 30% estão satisfeitas e 70% não. Conforme informações do indicador anterior.
Aumentar em pelo menos 70% a produção das famílias Paiter Suruí até 2020.	Porcentagem de aumento da produção familiar até 2020.	I	Sim. Parcialmente (estudos – castanha e artesanato).	De acordo com entrevistas <i>in loco</i> nas aldeias, no período de 15 de junho a 02 de julho de 2014, as aldeias que foram beneficiadas com tecnologia e implementaram atividades alternativas como banana, castanha na venda coletiva, café e arroz com a utilização dos equipamentos, se manifestaram que houve um incremento em média de 30% de aumento na produção; Quanto ao artesanato, este não é representativo, visto que encontra-se em processo de organização;
Garantir que novas fontes de alimentos para os Paiter Suruí sejam implementadas até 2017.	Número de novas fontes de alimentação disponíveis	R	Não	Nas Aldeias das linhas 07, 08, 09 e 10 ainda não foram implementadas (confirmado <i>in loco</i> na coleta de dados); Para as demais aldeias, estas informaram novas fontes de alimentação tais como: laranja, açaí, ponkan. Todavia, a maioria das aldeias dispõe de outras fontes de alimentação já existentes: banana, feijão, cará, mandioca, milho, batata doce, pupunha.
	Número de famílias beneficiadas com as novas fontes	R	Não	Nas Aldeias das linhas 07, 08, 09 e 10 ainda não foram implementadas (confirmado <i>in loco</i> na coleta de dados). As demais aldeias não souberam informar no momento da entrevista.
Melhorar a dieta dos Paiter Suruí até 2018.	Indicador de saúde indígena da CASAI	I	Sim/CASAI	Indicador aguardando informação;
Melhorar as condições econômicas dos Paiter Suruí em pelo menos 50% até 2025.	Número de pessoas com a melhoria na qualidade de vida	I	Sim. Levantamento socioeconômico realizado em 2010.	Nas aldeias com implementação de fontes alternativas de renda e alimentação, se manifestaram afirmando que houve melhorias na qualidade de vida (diminuição da desnutrição e da mortalidade infantil), aquisição de eletrodomésticos e meio de transporte (motos). De acordo com levantamento socioeconômico (Maria do Carmo, 2010), mais da metade da renda da população indígena é oriunda de fontes governamentais. Em 2010, o levantamento detectou que o café e a banana representavam apenas 6% da renda. Em visita <i>in loco</i> , para as aldeias que foram beneficiadas e implementaram a banana e o café, esses já representam uma importante fonte de renda, sendo declarado por algumas famílias um rendimento quinzenal entre R\$ 500,00 e R\$ 1.500,00 (aldeia Lapetanha);

	Número de famílias com incremento econômico	I	Sim. Levantamento socioeconômico realizado pela Maria/2010.	De acordo com levantamento socioeconômico (Maria do Carmo, 2010), a renda média das estava em média R\$ 175,00 mensais. Hoje, por meio das entrevistas <i>in loco</i> , foi informado pelos entrevistados um pequeno incremento na renda em algumas aldeias, a mais representativa é a aldeia lapetanha.
	Porcentagem de incremento econômico por família	I	Sim. Levantamento socioeconômico realizado pela Maria/2010.	Considerando os dados obtidos não foi possível precisar o percentual de incremento. De acordo com levantamento socioeconômico (Maria do Carmo, 2010), a renda razoável para cada família seria entorno de R\$ 2.500,00 por mês, no entanto, na época a renda obtida por família era aproximadamente 7% dessa meta. Na pesquisa, a maioria das famílias representadas declararam não ter ocorrido incremento na renda, exceto na aldeia lapetanha.

Para o eixo segurança alimentar e produção sustentável verificou-se o início de um processo de implementação de alternativas sustentáveis em algumas aldeias e este tem contribuído para mudanças no cenário socioeconômico. Ocorre que este processo não tem alcançado um número significativo de aldeias, o que tem ocasionado descrença e insatisfação com o PCFS, sentindo-se excluídos. Alegam falta de recursos, de informação e de orientação técnica para desenvolver atividades que possam contribuir para a melhoria da renda e consequentemente da qualidade de vida. Constatou-se que a maioria dos indígenas tem conhecimento da existência do projeto, no entanto, só conhecer não basta, precisam sentir-se parte dele, perceber as suas ações como mecanismo positivo e um caminho viável para a produção sustentável e preservação do TISS. Cabe ressaltar que, há uma disposição por parte dos indígenas em criar e desenvolver novas atividades.

Para a execução dos projetos aprovados, a contratação de mão de obra local para a implementação das atividades prioriza os próprios Paiter Suruí. Algumas ações pontuais (ex: estudos sobre dinâmicas de biomassa e carbono) que podem exigir habilidades específicas, são supridas através de parcerias e/ou contratos elaborados caso a caso.

Caso seja necessário, o processo de seleção dos Paiter Suruí atende as normas de organização tradicional, que envolve as habilidades para execução das atividades, disponibilidade, capacidade de disseminação do conhecimento adquiridos. Estão sendo criadas oportunidades para o envolvimento de grupos sub-representados, como mulheres e jovens.

Havendo a contratação de mão de obra assalariada, esta segue as determinações da Legislação Trabalhista. A regulamentação trabalhista nacional abarca leis, portarias, convenções e acordos coletivos de trabalho que tem peso normativo e são constituídas sob o princípio da proteção ao trabalhador. Sua norma direcionadora é a Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), definida pelo Decreto-lei nº 5452/43 e que vem constantemente sendo atualizada diante das constantes transformações nas relações de trabalho.

No caso do PCFS, a realização de atividades de vigilância do território, bem como as de manejo voltadas para a geração de renda vem sendo realizada dentro de uma lógica colaborativa que se assemelha ao voluntariado (garantindo-se ajuda de custo aos envolvidos) e é realizado de maneira rotativa, a fim de propiciar o envolvimento coletivo.

Com a devida estruturação do Fundo Surui, cuja gestão do Mecanismo financeiro é de responsabilidade do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), será viabilizada a contratação dos próprios Paiter Surui para exercício das funções previstas no projeto. Os contratos serão firmados diretamente entre os beneficiários de recursos do Fundo e contratados, de acordo com a modalidade adequada para a função (CLT, contrato temporário, consultoria, etc.). Excepcionalmente, em um primeiro

momento, poderá existir a possibilidade do Funbio realizar diretamente as contratações. Em ambos os casos, os contratados serão informados de seus direitos no ato da contratação.

Este processo de conscientização sobre direitos já foi iniciado por meio do diagnóstico de situações de risco e que permitem a avaliação ambiental e de riscos e devida capacitação sobre instrumentos e meios de proteção pessoal, visando à adequação aos parâmetros legais, em especial, à Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde do Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura (NR 31).

Quadro 7 - Plano de monitoramento do Eixo Fortalecimento Institucional

Objetivo SMART	Indicador	Tipo	Há dados?	Situação atual (2014)
Ter elaborado, aprovado e implementado pelos Paiter Suruí, para o ano de 2016, um plano de trabalho para os centros de apoio.	Plano de trabalho formalizado e aprovado	P	Sim	Planejamento estratégico elaborado e em execução, com aproximadamente 60% das atividades programadas executadas (METAREILÁ: Miriam, Gazoda, Chicoepab, 2014).
	Número pessoas satisfeitas/atendidas Com a implementação	R	Não	Não há registro de dados sobre esse indicador.
	Ações desenvolvidas pelo centro a partir da criação do plano trabalho	P	Sim	1. Planejamento estratégico de 6 associações (exceto IEJAC); ano 1 2. Diagnóstico das associações (5 – exceto: IEJAC e Garbawawe); 3. Plano de capacitações para 3 anos (esta sendo implementado em partes) 4. Foi ofertado 2 módulos em “boas práticas organizacionais e gerenciais” – para 35 pessoas 5. Foi oferecido 2 módulos de elaboração de projetos e captação de recursos (recurso do Fundo Vale e Coordenação da ECAM) – todos acima no contexto da agenda da sustentabilidade do povo PaiterSuruí 6. Ações de acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas associações até o mês de setembro de 2014; Em fase de programação 1 oficina para ajustes e detalhamentos do Planejamento estratégico da Metareilá (Forest Trends) e elaboração de plano de trabalho do consórcio AIME para fase 2014-2015 (METAREILÁ, 2014).
Implantar pelos Paiter Suruí, para o ano de 2016, um modelo adequado de gestão e organização administrativa;	Numero de demandas atendidas	R	Sim	De acordo com os dados obtidos das associações 40% das demandas foram atendidas;
	Numero de pessoas satisfeitas como o modelo de gestão implementado	R	Não	Não há registro de dados sobre esse indicador.
	Numero incremento (R\$) dos ingressos econômicos para as associações de Povo Suruí (R\$/família)	I	Sim	As associações recebem como apoio institucional e despesas de custeio das associações no valor de R\$ 2.500,00 (mensal); e mais os valores de acordo com os projetos aprovados que estão aproximadamente entre R\$ 17.000,00 e R\$ 25.000,00 (projetos aprovados -7 associações) (METAREILÁ, 2014). Cada associação recebe da Metareilá, via convênio, com recursos do fundo, o valor de R\$ 2.500,00 mensais; - Associação GarahPameh do povo KabaneyPaiterSuruí – R\$ 2.500,00. - Associação Pamaur do Clã Makor do povo Paitersuruí da TISS – R\$ 2.500,00; - Associação do povo da Floresta Kabaney Susuruí – R\$ 2.500,00; - Associação Garbawawe do povo Indígena Suruí – R\$ 2.500,00;

				- Associação indígena dos jovens e adultos para cidadania – IEJAC – R\$ 2.500,00; - Associação instituto florestal Yanner Gabgir do Povo Surui – R\$ 2.500,00; - Associação Metareila; - Associação Metareilá Consórcio – AIME.
	Numero de novas atividades/idéias sugeridas/criadas para incrementar a produção	P	Sim	1. Plano de artesanato – ECAM; (Oficina realizada em junho/2014 para programação de atividades e elaboração do plano de negócio). 2. Plano da Castanha – ECAM –foi vendido para COOPAVAN (Juruena MT), 20 mil toneladas de forma coletiva. Em média 40% das pessoas vendem a castanha para atravessador; 3. Plano de turismo – FSC; 4. Café, Banana, gado, piscicultura; açai;
	Numero de pessoas envolvidas e integradas para a melhoria e fortalecimento institucional	R	Sim	7 associações e 35 pessoas estão em fase de treinamento e participando da gestão (METAREILÁ, 2014);
	Numero (%) de problemas solucionados	P	Sim	Aprendem com seus próprios projetos; Desenvolvem a própria gestão de suas associações (mediante acompanhamento/fase de capacitação => aprender fazendo) (MARIA DO CARMO, 2014/METAREILÁ/ASSOCIAÇÕES).
	Incremento (de %) na participação de jovens e mulheres (2016). (Sugestão do grupo de 50% de incremento)	I	Sim	Antes não tinha nenhuma participação de mulheres e jovens. Agora há encontros de mulheres, já houve 3 em 2014; 2ª feira de artesanato feminino, 2014, e 2 oficinas para mulheres em 2014 (MARIA DO CARMO, 2014). De acordo com informação das associações houve aumento de 70% na participação de jovens e mulheres a partir do projeto;
Equipar, para o 2016, as associações com adequada estrutura de trabalho e de comunicação visando melhoria das condições de trabalho e para o desenvolvimento de suas atividades	Numero de associações equipadas e melhoradas	R	Não	METAREILÁ encontra-se equipada; - Pamaur (iniciando processo de organização física); as demais associações não possuem espaço físico e a maioria possuem apenas computador;
	Numero de pessoas atendidas e satisfeitas	R	Não	Não há registro de dados sobre esse indicador.
	Numero de pessoas capacitadas e envolvidas em novas atividades	R	Sim	7 pessoas (Gasodá, Arildo, Enoque, Ubiratã, Chicoepab, Julio, Oyaxiener), todos da METAREILÁ; e 35 pessoas das demais associações estão em fase de treinamento e participando da gestão (METAREILÁ, 2014).
Fortalecer a união entre as associações Suruí até 2015	Nível de consenso sobre a agenda de sustentabilidade	P	Sim	50%, conforme presidentes das associações na oficina de monitoramento, 2014. Na agenda de sustentabilidade já foi executado (METAREILÁ/MARIA DO CARMO, 2014). 1) diagnóstico institucional de 5 associações; 2) Plano de capacitação para 3 anos; 3) Planejamento estratégico de 6 associações; 4) 2 módulos de capacitação em “boas práticas gerenciais e organizacionais” para 7 associações; 5) 2 módulos de capacitação em elaboração de projetos e captação de recursos para 7 associações; 6) ações de acompanhamento do desenvolvimento do trabalho das associações.
	Porcentagem de implementação da agenda	R	Sim	50% , conforme presidentes das associações na oficina de monitoramento, 2014 e METAREILÁ/MIRIAM/MARIA DO CARMO).
	Numero de associações integradas na agenda	R	Sim	São 9 Associações no total e 7 estão integradas , o que corresponde a 77,7% (METAREILÁ/MARIA DO CARMO/ASSOCIAÇÕES).
Reconhecer e fortalecer o Parlamento Paiteir Suruí.	Numero de pessoas conscientes do papel do Parlamento dentro da	R	Não	De acordo com entrevistas <i>in loco</i> nas aldeias, no período de 15 de junho a 02 de julho de 2014, 60% são conscientes e 40% não.

	governança do povo Paiter Suruí			
	Numero de parlamentares atuantes	R	Não	Com base nos documentos (lista de presença; pautas; e convocações) fornecidos pela Metareilá (Miriam), o Parlamento reuniu-se em 2011 do mês de fevereiro a novembro. Segundo Gasodá, o Parlamento foi criado em 2010, reuniu-se com frequência em 2011 e 2012 (agenda de reuniões), com boa participação, com a finalidade de buscar apoio e recursos para projetos. Já, em 2013 e 2014, não tem se reunido com frequência (registro de lista de presença de reuniões geral do Parlamento Paiter Surui e lideranças em 21 e 22/02/2013), os dias de reuniões diminuíram, pois estão preocupados com a implantação dos projetos aprovados e estão se empenhando no seu desenvolvimento nas comunidades. Outra razão da não participação e da não realização de reuniões do parlamento em 2013 e 2014 é devido a alguns problemas enfrentados pela comunidade (desânimo; insatisfação com algumas atividades; ocupados). Nº de parlamentares que compõem o parlamento, 16 (um chefe maior, 10 parlamentares e 5 anciões).
	Numero de pessoas satisfeitas com a atuação do Parlamento.	R	Não	De acordo com entrevistas <i>in loco</i> nas aldeias, no período de 15 de junho a 02 de julho de 2014, 14% estão satisfeitos; 20% não sabe dizer; e 66% estão insatisfeitos;

As atividades planejadas para esse eixo encontram-se mais estruturadas e percebe-se uma disposição por parte da gestão do projeto em concretizar o fortalecimento institucional, principalmente, por meio do repasse de recursos para manutenção e custeio de despesas de deslocamento visando à participação dos respectivos presidentes em reuniões, oficinas e seminários, para, dar retorno (prestar conta) à comunidade sobre as ações e resultados do PCFS.

Mesmo com essa disposição em estar tentando informar as comunidades por meio de suas associações, a população indígena, conforme coleta de dados, mostrou-se insatisfeita com a comunicação e transparência dos atos do projeto.

Outra situação observada refere-se à estruturação física das associações, estas necessitam de melhores condições de trabalho, pois ainda não possuem um espaço físico, equipamentos e meios de comunicação para que possam oferecer e desenvolver os projetos de seus membros.

Faz-se necessário, também, além da estrutura física, assessoria para que as associações sejam direcionadas e busquem suas próprias iniciativas de acordo com as vocações locais e desejos de seus membros, não só junto ao Fundo Surui, mas também a partir de outras instituições de fomento.

O PCFS fornece, ainda, capacitação técnica, de gestão e organizacional para garantir a efetiva participação das lideranças dos Paiter Suruí nas tomadas de decisão e implementação de programas e atividades previstas pelo projeto, utilizando as ferramentas necessárias para desempenharem suas funções de maneira adequada e segura.

O plano de capacitação envolve atividades que promovem não apenas o desenvolvimento técnico, mas também o fortalecimento e organização social das comunidades e associações locais ao agregar novos conhecimentos e difundir o conhecimento tradicional.

Até o presente momento, uma série de capacitações e treinamentos já aconteceram, visando emponderar os Paiter Surui frente as atividades do projeto, como os listados a seguir:

- ✓ Treinamento de agentes ambientais – 35 Paiter Suruís já capacitados em proteção do território, primeiros socorros, legislação indígena e ambiental,

ecologia, mecânica, piloto de barco, GPS e cartografia, uso público da TI, valores culturais, técnica de abordagem;

- ✓ Oficinas de turismo;
- ✓ 30 Suruís capacitados em inventário florestal e uso do ODK (Open Data Kit);
- ✓ Curso de gestão administrativa e financeira de projetos;
- ✓ 7 Suruís capacitados em *software* livre e áudio, mídia, texto e imagem;
- ✓ 50 mulheres (artesãs) realizaram oficina de artesanato coordenado pela ACT;
- ✓ Capacitação em esclarecimento sobre documento de concepção do projeto (DCP);
- ✓ Assistência técnica na produção de produtos existentes e capacitação para novos cultivos (agroecologia e poda de café), com as primeiras atividades nas linhas 11 e 12.

Conforme descrito no Plano de Orientação e treinamento, já houve esforços para capacitação em primeiros socorros para atuar de maneira rápida em caso de algum acidente que venha a ocorrer devido a implantação das atividades do projeto. Todos os procedimentos para minimizar os riscos aos trabalhadores Suruí são e serão sempre repassados. Contudo, os Suruí têm suas próprias regras e normas culturais em relação ao modo de atuação nas ações dentro da floresta. Essa situação cultural de simbiose com o mundo natural dos Suruí faz com eles atendam as formas tradicionais de segurança nas atividades dentro da floresta.

A população Paiter Suruí possui profundo conhecimento sobre o modo de vida na floresta e a biodiversidade local. Os próprios Suruí são os principais trabalhadores na implementação das atividades do projeto. Os maiores riscos que podem surgir da implementação do projeto estão relacionados ao uso de equipamentos e ferramentas utilizados nas atividades de campo. Sempre que ocorre uma atividade, os Suruí são treinados e orientados a utilizar os equipamentos de proteção individual, como capacetes, perneiras, etc. incluindo procedimentos de segurança e de como evitar acidentes para minimizar os riscos inerentes às atividades.

O fortalecimento institucional deve ser tratado como um mecanismo de grande relevância para que as demais ações, inclusive as previstas para os outros eixos do PCFS sejam alcançadas, visto que a autonomia oferece suficiência, confiança, autoestima, liberdade e fortalece o empreendedorismo.

Quadro 8 - Plano de monitoramento do Eixo Fundo Suruí

Objetivo SMART	Indicador	Tipo	Há dados?	Situação atual (2014)
Ter criado e validado de 2013 até 2020, um modelo de gestão financeira para o Fundo Suruí.	Porcentagem de população satisfeita com implantação	R	Não	Manual elaborado e aprovado (elaborado pelo FUNBIO) e validado com as lideranças. As primeiras implementações de uso do fundo são os repasses aos projetos aprovados das associações (METAREILÁ, 2014);
	Numero de pessoas capacitadas na gestão financeira	P	Sim	Foi oferecido 2 oficinas de “boas práticas gerenciais e organizacionais” – foram capacitados – 35 pessoas (MARIA DO CARMO/METAREILÁ);
	Nível de investimento do Fundo (Numero de projetos financiados)	R	Sim	7 projetos conforme contratos estabelecidos entre METAREILÁ e Associações: 1. Projeto de Fortalecimento Cultural Gabgirey. Associação Instituto Florestal YabnnerGabgir - Objetivo: Contribuir para o fortalecimento da cultura tradicional e possível geração de renda futura, por meio do ensino aprendizagem das técnicas de confecção artesanal tradicional a jovens

				e adultos PaiterSurui que não as dominam. Público preferencial: comunidade pertencente ao Clã Gabgirey e membros da associação instituto florestal; Numero de pessoas beneficiadas: 163 membros da associação Gabgirey e indiretamente aproximadamente 1350 pessoas pertencentes as aldeias Joaquim Linha 11, aldeia Amaral 11, aldeia linha 08, aldeia Payamah linha 07. Valor R\$ 26.550,00. 2. Projeto Floresta OnLine. Associação Pamaur do Clã Makor do Povo PaiterSurui da TISS. Objetivo: Possibilitar que a associação melhore sua capacidade de comunicação e possa estar amplamente conectada com as redes virtuais de seu interesse, com os parceiros da associação, além de ter acesso à editais de projetos, bem como contribuir com as ações de monitoramento e vigilância territorial. Público preferencial: 16 famílias compostas por 71 pessoas. Orçamento: R\$ 15.000,00. 3. Projeto Oficina de identificação das plantas medicinais e procedimentos Terapêuticos Caseiros. Associação GarahPâmeh do Povo KabaneyPaiterSurui do Noroeste de Mato Grosso e Rondônia. Objetivo: Revitalizar práticas da cultura tradicional para fortalecer identidade cultural do povo Kabam que vive na aldeia Apoena Meirelles. Público preferencial: comunidade Kaban que pertence à associação Apoena Meirelles. Valor: R\$ 19.089,00. 4. Projeto Promoção alimentar e nutricional e geração de renda da comunidade PaiterSurui da aldeia Amaral. Associação indígena de jovens e adultos para cidadania – IEJAC. Objetivo: Capacitar a comunidade da aldeia Amaral para desenvolver boas práticas para criação de galinhas poedeiras. Recurso: 20.346,00. 5. Projeto Centro Memorial dos Gamebey. Associação Metareilá do povo indígena Surui. Objetivo: Fortalecer a identidade cultural do Povo PaiterSurui, por meio do resgate e divulgação das informações sobre a origem e história do Clã Gamebey no decorrer dos tempos. Público preferencial: 400 pessoas pertencentes ao clã Gameb (diretamente) e aproximadamente 1.350 pessoas e 250 famílias pertencentes ao povo indígena PaiterSurui, pertencentes a TISS. Recurso: R\$ 17.402,50. 6. Associação do povo da floresta KabaneySurui. Objeto: Apoiar a implementação e incentivar revitalização cultural do povo Paiter Surui. Beneficiários: Povo Surui. Recursos: R\$ 22.255,00; 7. Metareilá – Centro memorial dos Gamebay. Todo o povo surui – R\$ 17.402,50. Outros parceiros: Novos projetos (contrapartida, ex. Projetos ECAM e Forest Trends financiado pela Fundo Vale; Projeto Idesam, ECAM, Kanindé e Metareilá financiado pela Skoll , Projeto Kaninde financiado pelo Amigos da Terra e Gordon and Betty Moore Foundation, Projeto Metareila de Ponto de Cultura financiado pelo Governo de Rondonia e MEC).
Elaborar até o 2013, plano de captação de recursos com o objetivo de identificar e viabilizar diversas fontes de recursos bem como facilitar a obtenção dos primeiros recursos.	Recursos disponíveis (R\$)	R	Sim	1.4 milhão (informado que existe recursos no fundo, no entanto não foi disponibilizado documentos para verificação do referido valor) (METAREILÁ/CHICOEPAB).
	Nível de investimento do Fundo (Numero de projetos financiados)	R	Sim	1. Associação Pamaur do Clã Makor do povo PaiterSurui da TISS. Objeto: Apoiar a implementação e incentivar o projeto de instalações de um meio de comunicação na aldeia Nabekodabadaquiba linha 12 que favorecerá fortalecimento das ações do plano de gestão da TISS. Recurso contratado: R\$ 19.400,00. 2. Associação do povo da floresta KabaneySurui. Objeto: apoiar a implementação e incentivar revitalização cultural do povo PpaiterSurui. Recursos contratado: R\$ 22.255,00.

				3. Associação Instituto Florestal Yanner Gabgir do povo indígena Suruí. Objeto: Apoiar a implementação e incentivar o projeto de fortalecimento cultural Gabgirey, beneficiando diretamente 163 pessoas membros da associação instuto florestal. Recursos disponibilizados: R\$ 26.550,00. 4. Associação Garbawawe do Povo indígena Suruí. Objeto: Apoiar a implementação e incentivar a promover a saúde com a aquisição de conhecimentos sobre nutrição, promover melhorias na condição alimentar da comunidade e contribuir com o aumento da renda familiar do povo suruí. Recursos disponibilizados: R\$ 18.190,10. 5. Associação Indígena de Jovens e adultos para a Cidadania. IEJAC. Promoção alimentar e geração de renda para a comunidade paitersurui da aldeia Amaral. 120 pessoas. R\$ 20.346,00. 6. Associação GarahPameh. R\$ 19.789,00. Oficina de identificação de plantas medicinais e procedimentos terapêuticos caseiros. 150 pessoas. 7. Metareilá – Centro memorial dos Gamebay. Todo o povo suruí – R\$ 17.402,50. E, Cada associação recebe da Metareilá, via convênio, com recursos do fundo, o valor de R\$ 2.500,00 mensais; - Associação GarahPameh do povo KabaneyPaiterSuruí – R\$ 2.500,00. - Associação Pamaur do Clã Makor do povo Paitersurui da TISS – R\$ 2.500,00; - Associação do povo da Floresta Kabaney Susurui – R\$ 2.500,00; - Associação Garbawawe do povo Indígena Suruí – R\$ 2.500,00; - Associação indígena dos jovens e adultos para cidadania – IEJAC – R\$ 2.500,00; - Associação instituto florestal Yanner Gabgir do Povo Suruí – R\$ 2.500,00; - Associação Metareila, R\$ 2.500,00; - Associação Metareilá Consórcio – AIME.
	Numero de famílias beneficiadas	I	Não	Os projetos aprovados contemplam as famílias das linhas 7, 8, 9, 10, 11 e 12. (Contratos/METAREILÁ, 2014);
Garantir de 2014-2020, a operacionalização e funcionalidade do Fundo Suruí.	Nível de investimento do Fundo (Numero de projetos financiados)	R	Sim	Conforme informação anterior dão 7 projetos aprovados e repassados recursos + 7 projetos de apoio institucional.
	Recursos disponíveis (R\$)	R	Sim	-----
	Numero de famílias beneficiadas	I	Não	Os projetos aprovados contemplam as famílias das linhas 7, 8, 9, 10, 11 e 12. (Contratos/METAREILÁ, 2014);

O Fundo encontra-se em operação com Manual elaborado e aprovado pelo FUNBIO e validado com as lideranças. As primeiras movimentações e implementações de uso do Fundo Suruí referem-se aos repasses dos projetos aprovados pelas associações.

Durante a pesquisa, a população indígena informou desconhecer a constituição do Fundo Suruí, bem como seus valores e aplicações do mesmo. Existe uma visão equivocada da forma como o PCFS pode beneficiá-los.

Para que o PCFS seja transparente, portanto, é necessário que todas as atividades, seus resultados e inclusive a disponibilidade de recursos e sua utilização sejam compartilhados. Além disso, a prestação de contas visando transparência é fundamental para despertar a credibilidade, novas ações, bem como fortalecer os laços entre lideranças, gestores e comunidade.

6.1 Principais impactos sociais positivos derivados das ações do PCFS identificados na fase de coleta de dados para avaliação do plano de monitoramento

1. Redução significativa do desmatamento e invasões;
2. Sentimento de aumento de segurança na TISS;
3. Capacitação de agentes ambientais indígenas;
4. Demarcação do TISS;
5. Início de um processo de implementação de alternativas sustentáveis em algumas aldeias e a contribuição para mudanças no cenário socioeconômico;
6. Início de um processo de Fortalecimento institucional (associações);
7. Liberação de recursos por meio do Fundo Suruí para o fortalecimento das associações e de seus respectivos projetos aprovados;
8. Início do processo de acompanhamento do plano de monitoramento;
9. Aumento da participação das mulheres e dos jovens nas associações, reuniões e em oficinas de capacitações;
10. Início do processo de implementação de negócios coletivos (castanha e artesanato).

6.2 Principais impactos sociais negativos derivados das ações do PCFS identificados na fase de coleta de dados para avaliação do plano de monitoramento

1. Deficiência na comunicação e orientação sobre o PCFS;
2. Falta de diálogo das lideranças e de atuação do parlamento;
3. Falta de transparência das ações e recursos do Fundo Suruí;
4. Incorreta destinação do lixo e esgoto a céu aberto em algumas aldeias;
5. Aumento de desunião entre os indígenas (relato) em função da falta de transparência sobre o PCFS;
6. Não implementação de cultivos alternativos de geração de renda em substituição às atividades madeireiras (situação presente na maioria das aldeias);
7. Falta de infraestrutura e equipamentos para incrementar a produção (situação presente na maioria das aldeias);
8. Falta de assistência técnica e assessoria para direcionar projetos;
9. Presença de desigualdade social (PCFS tem apoio de forma diferenciada as aldeias);
10. Enfraquecimento das parcerias (indígenas, FUNAI, SEDUC, Polícia Federal, IBAMA);
11. Ausência de um modelo de gestão com objetivos que visem à integração, e participação da população indígena;
12. Diminuição de renda em função da interrupção das atividades madeireiras sem a presença de outras alternativas sustentáveis de geração de renda imediata (situação presente na maioria das aldeias);
13. Suspensão das atividades dos agentes indígenas ambientais em função da falta de recursos financeiros;
14. Insatisfação com o PCFS e com as lideranças pela não implementação das atividades de base do projeto, principalmente, no tocante a atividades de geração de renda.

6.2.1 Medidas de mitigação para os impactos negativos

- 1) Inclusão de atividades visando à melhoria da qualidade de vida na TISS, como treinamento de Agentes de Saúde comunitários para dar assistência em caso de necessidade de primeiros socorros e de Agentes Ambientais, para monitorar a biodiversidade, educação ambiental e fiscalizar o território contra exploração indevida dos recursos naturais;
- 2) Propor projetos paralelos com vistas a aquisição de veículos (caminhão) para escoar a produção das aldeias (ALMIR SURUI);
- 3) Repasse de recursos (ajuda de custo) para os parlamentares, visando à retomada das atividades do Parlamento Indígena para apoiar na disseminação das ações realizadas pelo PCFS e melhoria comunicação e informações junto às aldeias(ALMIR SURUI);
- 4) Atribuir ao parlamento a função de acompanhar junto às associações e as aldeias o desenvolvimento das ações previstas nos projetos, bem como servir de elo entre o povo, as lideranças e a Metareilá (proponente do PCFS) (ALMIR SURUI);
- 5) Mapear as comunidades para conhecer a composição das associações (ALMIR SURUI);
- 6) Realizar diagnóstico por associação para levantar as necessidades das comunidades conforme vocação local (ALMIR SURUI);
- 7) A partir do diagnóstico das vocações locais, apoiar por meio de projetos, capacitações e/ou parcerias para assistência técnica visando aumentar a produção e consequentemente a renda da população indígena (ALMIR SURUI);
- 8) Retomada das atividades de monitoramento com a realização de oficina (julho/2014), para os agentes ambientais indígenas, com a elaboração de uma agenda de trabalho (ALMIR SURUI);
- 9) Realização de 3 grandes reuniões com a FUNAI e com as lideranças surui, no início de julho/2014, com vistas a fortalecer as parcerias (ALMIR SURUI).

Conclusões

Este relatório teve como objetivo avaliar as ações implementadas pelo PCFS nos 4 eixos temáticos (Fiscalização e Meio Ambiente; Segurança Alimentar e Produção Sustentável; Fortalecimento Institucional; e Fundo Suruí) conforme objetivos e indicadores definidos no Plano de Monitoramento.

Inicialmente, cabe ressaltar que o PCFS REDD+ é uma experiência nova para o povo Suruí e não há meios de troca de experiências com outros projetos da mesma natureza, uma vez que trata-se de uma iniciativa pioneira no mundo e, o único caminho de melhorar o processo é aprender fazendo.

Outro fato é que, a população indígena alvo do projeto, deve ter consciência que o PCFS não veio para salvar a vida e os problemas dos Surui, mas apresentar alternativas para melhoria da qualidade de vida, do meio ambiente, bem como geração de renda com alternativas sustentáveis de produção, cabendo aos envolvidos cumprir a sua função de forma participativa para que tal iniciativa possa alcançar os resultados para o qual se propõe e possa servir de base para outras iniciativas.

No que se refere à situação dos indicadores elencados no presente relatório, bem como os impactos negativos destacados, faz-se necessário um realinhamento das atividades do PCFS em todos os eixos temáticos, de forma que os indígenas sintam-se parte do processo, incluindo projeto, plano de monitoramento e ações.

Vale ressaltar que as ações do PCFS devem ser planejadas e executadas com equidade visando atender prioritariamente nas necessidades essenciais (alimentação, saúde, escola).

Todavia, paralelo a isso, deve-se garantir ações de inserção produtiva com geração de renda, pois estas oferecem soluções definitivas, de forma a proporcionar oportunidades para a auto-realização e o avanço na escala social. Outros esforços podem ser direcionados para as associações indígenas com vistas à capacitação de corpo técnico para que as mesmas tornem-se autônomas e sustentáveis e, possam contribuir para a melhoria da condição produtiva de seus associados.

De modo geral, o PCFS até o momento, conforme apresentado nos quadros 5 a 8, alcançou resultados positivos. O planejamento e implementação das ações relacionadas ao PCFS estão sendo realizadas na sua maioria de forma coletiva. As associações indígenas (representantes dos 4 clãs do Povo Paiter) já estão elaborando projetos para o Fundo Suruí, de forma a atender as demandas locais. A inclusão produtiva já é realidade em algumas aldeias com geração de renda Diminuição do desmatamento na TISS e sentimento de segurança pela redução dos invasores. Aumento da participação das mulheres nos processos de decisão nas diferentes escalas hierárquicas do Povo Suruí, bem como em oficinas e atividades relacionadas à melhoria da qualidade de vida das mulheres Suruí, também foram promovidas no âmbito do Projeto de Carbono.

Em comparação às condições anteriores ao projeto, segundo Metareilá, lideranças e população indígenas pesquisadas (monitoramento - quadros 5 a 8) tais resultados já é um salto em direção à autonomia dos Paiter Surui, evidenciado por meio dos impactos positivos percebidos. No entanto, o PCFS pode oferecer muito mais, no que se refere à geração de renda por meio de alternativas sustentáveis de produção, proteção do território e integridade dos modos de vida com a preservação da cultura indígena.

Outro ponto positivo do PCFS refere-se aos parceiros como FUNAI, SESAI, IBAMA entre outros, visto que à medida que as ações do projeto são implementadas, a população indígena apresenta melhores condições de vida, consequentemente, as atividades dos parceiros alcançam, também, resultados mais próximos do planejado.

Por fim, o resultado do monitoramento das ações do PCFS apresentou-se como uma oportunidade para que as lideranças da Metareilá pudessem tomar conhecimento da percepção da população indígena no tocante ao PCFS (*feedback*), o qual se propuseram a implementar ações imediatas e futuras no intuito de corrigir os impactos e percepções negativas.

Considerando o exposto, recomendamos:

1º) Socializar o projeto, não só em termos de atividades, mas como um fator de mudança social para as comunidades - é fundamental que as comunidades aprendem sobre o projeto, não apenas como uma série de atividades, mas sim como um fator que visa proporcionar mudanças sociais, de forma que se sintam parte dele e o considerem como fator positivo e não como um entrave na obtenção de renda e no desenvolvimento de suas aldeias;

2º) Socializar o plano de monitoramento nas comunidades e associações - as comunidades e associações são parte importante do projeto. Elas representam não só os beneficiários, mas também o apoio às ações do projeto. Para que o PCFS seja transparente, portanto, é necessário que o plano de monitoramento, seus indicadores e

seus resultados serem compartilhados. Além disso, informar como o projeto está funcionando em termos de mudanças concretas manifestadas pelos indicadores, como ele pode ser adaptado de acordo com os resultados, e como ele está geralmente progredindo é um componente importante para o cumprimento com o consentimento prévio, livre e informado;

3º) Implantar um modelo de gestão definitivo (compartilhada) – poderá apresentar soluções para os impactos sociais negativos que tratam da falta de integração, socialização de informações, falta de comunicação e transparência. Uma proposta que tenha como objetivo central resgatar a união dos Paiter Suruí;

4º) Construir uma estrutura de monitoramento onde participam todas as organizações - a implementação do plano de monitoramento requer uma quantidade considerável de envolvimento de todas as organizações que desenvolvem as ações do plano. Uma estrutura que organiza as tarefas, funções e responsabilidades é necessária, a fim de rastrear adequada e oportunamente os indicadores que informam o desempenho do projeto;

5º) Considerar o monitoramento como uma parte integral da implementação, que deve ser desenvolvida conjuntamente durante a implementação e não depois - Novamente, o monitoramento é uma parte essencial de qualquer projeto e precisa ser considerado na sua implementação mesma, o que significa que precisa ser constantemente realizado durante, e não após a implementação das ações. Esta é a única forma que o monitoramento pode informar constantemente o desempenho do projeto, e que a gestão adaptativa pode ser posta em prática, tendo como pano de fundo a teoria da mudança;

6º) Considerar uma pessoa responsável pela coordenação dessa estrutura - da mesma forma, a estrutura do Plano de Monitoramento pode precisar de uma pessoa responsável (o ideal é que essa pessoa não esteja envolvida com outra organização que implemente ações de projeto), que assegure que todas as partes interessadas estejam em conformidade com as suas obrigações de monitoramento, que administre e compile as informações, e que coordene a comunicação e divulgação da informação;

7º) Incluir nos orçamentos os custos de monitoramento. Isso é muito importantes a considerar, tanto a nível sub-projeto, como também para o PCFS - o monitoramento também exige um orçamento específico. Projetos bem concebidos tendem a considerar um orçamento entre 5 a 10% de seus orçamentos gerais para o monitoramento. Os projetos específicos financiados pelo Fundo Surui, e o PCFS precisam fazê-lo, de modo que a implementação de atividades não tem que subsidiar o custo do monitoramento.

8º) Usar os análises de oficinas anteriores para informar o desenvolvimento de ações e impactos não relacionados com os objetivos - como mencionado anteriormente, este plano é construído sobre exercícios e análises anteriores que não devem ser descartados. Portanto, sugere-se juntar ao presente relatório o plano de monitoramento anterior e seus anexos.